

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA PÚBLICA DA 3ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DIVIDIDAS EM DUAS SÉRIES, DA
S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ,**

Pelo presente instrumento particular,

- (i) **S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ**, sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, na Rua Barão do Rio Branco, 1270-E, Sala 03, inscrita no CNPJ sob nº. 83.296.889/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, pelos seus diretores, **ANTÔNIO BALLERINI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Engenheiro Heitor de Castro Aguiar, 354, Casa 9, Condomínio Villaggio Lugano Sousas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.838.814 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 283.501.628-72 e **CELSO MÁRIO SCHMITZ**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua República Argentina, 333, apartamento 1406, Bairro Ponta Aguda, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.007.379.703 SSI/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.608.900-63, doravante denominada simplesmente "EMISSIONA";
- (ii) **ALIMBRAS S.A.**, sociedade por ações com sede e foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Júlio Gonzáles, nº. 132 - 29º. andar - conjunto 231 - Água Branca, CNPJ sob nº. 00.971.124/0001-14, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, pelo seu Diretor, **LUIS CHRISTIAN ANTONINI**, argentino, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Júlio Gonzáles, nº 132, 29º andar, conjunto 231, Água Branca, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro - RNE V300736-F e inscrito no CPF/MF no. 225.873.758-35, doravante simplesmente denominada "INTERVENIENTE FIADORA";
- (iii) **FRANCISCO MACRI**, argentino naturalizado, divorciado, empresário, com domicílio na cidade de Buenos Aires, República Argentina e endereço comercial na Av. Eduardo Madero, 942, 15º andar, portador do Documento Nacional de Identidade da República Argentina nº. 11773566, por seus procuradores, **LUIS CHRISTIAN ANTONINI**, argentino, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Júlio Gonzáles, nº 132, 29º andar, conjunto 231, Água Branca, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro - RNE V300736-F e inscrito no CPF/MF nº 225.873.758-35 e **CELSO MÁRIO SCHMITZ**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua República Argentina, 333, apartamento 1406, Bairro Ponta Aguda, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.007.379.703 SSI/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.608.900-63, doravante designado "INTERVENIENTE"; e
- (iv) representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua do Tesouro, 47 - 3º andar, cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 62.090.873/0001-90, neste ato representado na forma de seu Contrato Social, doravante simplesmente denominado AGENTE FIDUCIÁRIO,

vêm por este e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª. Emissão de Debêntures, Dividida em Duas Séries, doravante denominada Escritura de Emissão, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é firmada com base em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSORA realizada em 17 de outubro de 2000, a qual foi re-ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de novembro de 2000 e da Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de março de 2001.

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2000, delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão e sobre as seguintes matérias: (i) deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976; (ii) cancelamento de eventuais sobras da 3ª. emissão que não vierem a ser colocadas durante o prazo de subscrição; (iii) cancelamento das debêntures da 3ª emissão que tenham sido adquiridas pela própria EMISSORA, mediante declaração do agente fiduciário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. As atas das Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 17 de outubro de 2000 e 16 de novembro de 2000 e da Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de março de 2001, as quais deliberaram sobre a presente emissão de debêntures e foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e publicadas na forma da lei.

2.2. A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Registro Geral de Imóveis do lugar em que se localiza a sede da EMISSORA.

2.3. A presente Emissão será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada "CVM", na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76; 6.404, de 15/12/76; 9.457, de 15/97, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto a industrialização de produtos alimentares derivados de animais suínos, bovinos e outros que convier, inclusive os subprodutos e o respectivo comércio, por atacado e a varejo; a exploração agropecuária e agrária em geral; a fabricação de concentrados e rações balanceadas de todos os tipos e para todos os fins; a importação e a exportação; comércio em geral por atacado e/ou a varejo; representações; prestação de serviços; e a participação em outras sociedades de qualquer natureza.

3.2. Número da Emissão e Séries

A presente Escritura de Emissão constitui a 3ª emissão de debêntures, dividida em duas séries.

3.3. Montante da Emissão

O valor total da emissão é R\$ 68.596.000,00 (sessenta e oito milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais), sendo R\$ 19.609.000,00 (dezenove milhões, seiscentos e nove mil reais) relativos à primeira série, e R\$ 48.987.000,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil reais) relativos à segunda série, na Data de Emissão.

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 68.596 (sessenta e oito mil, quinhentas e noventa e seis) debêntures, sendo 19.609 (dezenove mil, seiscentas e nove) debêntures relativas à primeira série, e 48.987 (quarenta e oito mil, novecentas e oitenta e sete) debêntures relativas a segunda série.

3.5. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos através da presente emissão de debêntures serão destinados a reestruturação financeira da Emissora.

3.6. Colocação e Procedimento

As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/09/80, sendo atendidos preferencialmente os credores da Emissora e os clientes dos Coordenadores, inexistindo, portanto, reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos.

3.7. Registro da Negociação

As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

3.8. Certificados de Debêntures

A EMISSORA não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição depositária das debêntures definida nos itens 4.1.5 e 4.2.5 da Cláusula IV. Adicionalmente, será expedido pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures, o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido Sistema.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas da 1ª. Série

4.1.1. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão.

4.1.2. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 19.609 (dezenove mil, seiscentas e nove) debêntures da 1ª série.

4.1.3. Data de Emissão

A Data de Emissão da 1ª. série, para todos os efeitos legais, será o dia 1º. de novembro de 1.999.

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das debêntures da 1ª série será de 08 (oito) anos a contar da data de emissão, vencendo-se em 01/11/2007, ocasião em que a EMISSORA se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação, pelo valor nominal acrescido da Remuneração de que trata o item 4.1.9.

4.1.5. Forma

As debêntures da 1ª. série serão da forma nominativa e escritural, sendo o Banco Itaú S/A., responsável pela escrituração das debêntures.

4.1.6. Conversibilidade

As debêntures serão conversíveis em ações preferenciais da Emissora.

4.1.7. Espécie

As debêntures da 1ª série serão da espécie com garantia real cumulativa com garantia flutuante, contando ainda com a fiança da ALIMBRAS S.A.

4.1.8. Das Garantias

4.1.8.1. Limite da Emissão

A presente emissão atendeu aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, conforme demonstrado a seguir:

| Na Data de Emissão | Valores em reais - R\$ |
|---|------------------------|
| Capital Social da Emissora | 56.254.923,41 |
| Valor da Emissão | 68.596.000,00 |
| Valor do ativo excluindo ativos com garantias reais | 125.776.000,00 |
| 70% de limite da emissão | 95.633.369,75 |

4.1.8.2. Garantias Reais

As debêntures da 1ª série são garantidas por caução de 1.274.585.000.000 ações ordinárias de emissão da CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS, conforme Contrato de Caução de Ações – anexo I, equivalentes a 9,23553% do capital votante e 9,23220% do capital social, de titularidade da EMISSORA, ao valor de R\$ 0,02 por lote de mil ações, no valor total de R\$ 25.491.700,00, avaliadas pelo método de valor patrimonial. As ações objeto de garantia foram devidamente caucionadas pela Emissora, a favor do Agente Fiduciário desta emissão, conforme Bloqueio de Ações – anexo II.

4.1.8.3. Direitos das Ações

As ações ordinárias que representam a garantia real da emissão têm os direitos previstos no artigo 5º, parágrafos 4º, 5º e 6º; artigo 9º e artigo 24, inciso "b" do Estatuto Social da CCIA, que foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária de 17 de novembro de 1999 e modificado pelas Assembléias Gerais Extraordinárias de 23 de dezembro de 1999, 28 de junho de 2000 e 16 de agosto de 2000.

4.1.8.4. Garantia Fidejussória

A INTERVENIENTE FIADORA ALIMBRAS S.A., no preâmbulo qualificada, declara que, por este instrumento e na melhor forma de direito, aceita e assume, perante os debenturistas, a qualidade de FIADORA e principal pagadora da EMISSORA, renunciando expressamente aos benefícios previstos nos artigos 1491, 1499 e 1503 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil, e responsabilizando-se, solidariamente, até o resgate final de todas as debêntures da 1ª série, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas, pela EMISSORA, na presente ESCRITURA.

A INTERVENIENTE FIADORA certifica que a prestação da fiança foi devidamente autorizada pela Assembléia Geral de Extraordinária realizada em 21 de novembro de 2000.

4.1.9. Remuneração

As debêntures da 1ª série, a partir da Data de Emissão, serão remuneradas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida, a título de "spread", de 1% (um por cento) ao ano, no primeiro ano, contado a partir de 01/11/1999, 2% (dois por cento) ao ano, no segundo ano, 3% (três por cento) ao ano, no terceiro ano, e a partir do quarto ano, em 01/11/2002, de 4% (quatro por cento) ao ano.

A "Remuneração" apurada nos termos deste item não será capitalizada, sendo exigível, semestralmente, no dia 1º dos meses de maio e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento da 1ª série em (01/05/2001) e juntamente com as parcelas de amortização do principal, no vencimento antecipado ou no vencimento final das debêntures, conforme os itens 4.1.4, 4.4.1 e 6.1, observado o disposto no item 4.7.2.

A EMISSORA pagará, às debêntures da 1ª série, pro rata temporis a Remuneração de que trata este item devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: nas eventuais conversões de debêntures em ações, aquisições facultativas, vencimento antecipado e no vencimento da 1ª parcela de juros da 1ª série.

4.1.10. Prêmio

Será atribuído para cada debênture subscrita da 1ª série um prêmio a ser pago à vista, em espécie, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício findo em 31/12/2004 ou, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias a contar de 30/04/2005, observadas as condições para o seu pagamento previstas a seguir:

4.1.10.1. Condições para o Pagamento do Prêmio

O Prêmio está condicionado à existência de uma diferença positiva entre: (i) o valor real da CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS ("CCIA"), empresa controlada pela EMISSORA, para o exercício correspondente ao ano de 2004, a ser calculado conforme fórmula estabelecida no item 4.1.10.2 abaixo; e (ii) o valor da CCIA estimado no Plano de Negócios elaborado pela ALIMBRAS S.A., correspondente ao referido exercício, a ser entregue aos debenturistas subscritores desta emissão, no ato da subscrição. O montante a ser recebido pela totalidade dos debenturistas da 1ª série, será equivalente a 7,864% da mencionada diferença positiva.

4.1.10.2. A fórmula para o cálculo do valor real da CCIA é a seguinte: 8 (oito) vezes EBITDA (lucro antes do resultado financeiro, depreciação, amortização e impostos) referente ao balanço correspondente ao exercício social findo em 31/12/2004, subtraído o valor da dívida bancária líquida do caixa existente na CCIA ao final do exercício social findo em 31/12/2004.

4.1.10.3. Entende-se como dívida bancária líquida, o montante devido pela CCIA, às instituições financeiras, em 31/12/2004, deduzidas as aplicações financeiras.

4.1.10.4. Verificada a condição prevista no item 4.1.10.1, cada debênture da 1ª série fará jus à sua parcela do prêmio, que será equivalente a 0,000401% da mencionada diferença positiva.

4.2. Características Básicas da 2ª. Série

4.2.1. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das debêntures da 2ª. série será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão.

4.2.2. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 48.987 (Quarenta e oito mil, novecentas e oitenta e sete) debêntures da 2ª. série.

4.2.3. Data de Emissão

A Data de Emissão da 2ª. série, para todos os efeitos legais, será o dia 1º. de novembro de 1.999.

4.2.4. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das debêntures da 2ª. série será de 08 (oito anos), sendo as debêntures resgatadas obrigatoriamente na data do seu vencimento, em 01 de novembro de 2.007.

4.2.5. Forma

As debêntures da 2ª. série serão da forma nominativa e escritural, sendo o Banco Itaú S/A., responsável pela escrituração das debêntures.

4.2.6. Conversibilidade

As debêntures serão conversíveis em ações preferenciais da Emissora. ➤

4.2.7. Espécie

As debêntures da 2ª. série serão da espécie subordinada, contando adicionalmente com a fiança da ALIMBRAS S.A.

4.2.8 Garantias

A presente emissão atendeu aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

4.2.8.1. Garantia Fidejussória

A INTERVENIENTE FIADORA ALIMBRAS S.A., no preâmbulo qualificada, declara que, por este instrumento e na melhor forma de direito, aceita e assume, perante os debenturistas, a qualidade de FIADORA e principal pagadora da EMISSORA, renunciando expressamente aos benefícios previstos nos artigos 1491, 1499 e 1503 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil, e responsabilizando-se, solidariamente, até o resgate final de todas as debêntures da 2ª série, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas, pela EMISSORA, na presente ESCRITURA.

A INTERVENIENTE FIADORA certifica que a prestação da fiança foi devidamente autorizada pela Assembléia Geral de Extraordinária realizada em 21 de novembro de 2000.

4.2.9. Da Remuneração

As debêntures da 2ª. série, a partir da Data de Emissão, serão remuneradas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida, a título de "pread", de 1% (um por cento) ao ano, no primeiro ano, contado a partir de 01/11/1999, 2% (dois por cento) ao ano, no segundo ano, 3% (três por cento) ao ano, no terceiro ano, e a partir do quarto ano, em 01/11/2002, de 4% (quatro por cento) ao ano.

A "Remuneração" apurada nos termos deste item não será capitalizada, sendo exigível, semestralmente, no dia 1º. dos meses de maio e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento da 2ª. série em 01/11/2001, e juntamente com as parcelas de amortização do principal, no vencimento antecipado ou no vencimento final das debêntures, conforme os itens 4.2.4, 4.4.1 e 6.1, observado o disposto no item 4.7.2.

A EMISSORA pagará, às debêntures da 2ª. série, *pro rata temporis* a Remuneração de que trata este item até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: nas eventuais conversões de debêntures em ações, aquisições facultativas e no vencimento antecipado.

Na hipótese de ocorrer a conversão das debêntures da 2ª. série até 30/6/2001, o pagamento da 1ª. parcela da Remuneração de que trata este item será calculada *pro rata temporis* do período de 01/11/1999 até a data da conversão, e poderá ser efetivada, a critério da EMISSORA, em moeda corrente ou em ações, observado o mesmo critério para a conversão. Após 30/06/2001, a Remuneração será paga em moeda corrente nacional.

4.3. Subscrição e Integralização.

4.3.1. Prazo de Subscrição

As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de 06 (seis) meses a contar da data da concessão do registro pela CVM, observado o disposto no item 4.3.2. abaixo. As debêntures da 2ª. série somente serão subscritas, após a colocação total ou cancelamento do saído não colocado das debêntures da 1ª. série.

4.3.2. Preço de Subscrição

O preço de subscrição das debêntures da 1ª e da 2ª séries será o valor nominal unitário das debêntures, previstos nos itens 4.1.1 e 4.2.1, acrescido da variação da TJLP mais 1% (um por cento) ao ano, a título de "spread", ambos calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão de 01/11/1999 até 01/11/2000, a partir dessa data o "spread" será de 2% (dois por cento) ao ano, até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.3.3. Integralização das debêntures da 1ª. e 2ª. série

A integralização das debêntures da 1ª e 2ª séries será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente e/ou mediante utilização de créditos, inclusive aqueles representados pelas debêntures da 2ª. emissão, 1ª. e 2ª. séries, as quais serão valoradas para a integralização pelo seu valor unitário devidamente atualizado nos termos da Escritura da 2ª. Emissão, de 04 dezembro de 1995, até a Data da Emissão em 1º. de novembro de 1.999 e, a partir dessa data serão valoradas utilizando-se os mesmos critérios de Remuneração fixados nos itens 4.1.9 e 4.2.9, até a data da efetiva subscrição e integralização das debêntures da 3ª. emissão. As frações de crédito das debêntures da 2ª. emissão, 1ª. e 2ª. séries, serão pagas ao subscritor em moeda corrente, na sede Emissora, no endereço constante no item 4.8.2., liquidadas no ato da subscrição, sendo o responsável pela respectiva liquidação o Diretor de Relações com Investidores.

4.3.3.1. Os demais créditos, além das debêntures da 2ª. emissão, 1ª. e 2ª. séries, conforme item acima, que poderão ser utilizados para integralização das debêntures da 1ª. e 2ª. série, são: Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC), Operações ligadas à máquinas e equipamentos (FINAME) e Empréstimos para Capital de Giro, incluindo, em todos esses créditos, os encargos financeiros incidentes.

4.3.4. Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência na subscrição das debêntures pelos acionistas da EMISSORA.

4.4. Amortização

4.4.1. Amortização Programada

As debêntures da 1ª. e 2ª. séries serão amortizadas em 11 (onze) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, nos dias 01 de maio e 01 de novembro de cada ano, acrescidas da Remuneração prevista nos itens 4.1.9 e 4.2.9, ocorrendo o primeiro pagamento em 01/11/2002 e o último em 01/11/2007.

| AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE | | AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE | |
|--|---------------|---|---------------|
| DATA | PORCENTAGEM % | DATA | PORCENTAGEM % |
| 01/11/2002 | 9,09 | 01/11/2002 | 9,09 |
| 01/05/2003 | 9,09 | 01/05/2003 | 9,09 |
| 01/11/2003 | 9,09 | 01/11/2003 | 9,09 |
| 01/05/2004 | 9,09 | 01/05/2004 | 9,09 |
| 01/11/2004 | 9,09 | 01/11/2004 | 9,09 |
| 01/05/2005 | 9,09 | 01/05/2005 | 9,09 |
| 01/11/2005 | 9,09 | 01/11/2005 | 9,09 |
| 01/05/2006 | 9,09 | 01/05/2006 | 9,09 |
| 01/11/2006 | 9,09 | 01/11/2006 | 9,09 |
| 01/05/2007 | 9,09 | 01/05/2007 | 9,09 |
| 01/11/2007 | 9,10 | 01/11/2007 | 9,10 |

4.5. Condições de Conversão

4.5.1. Capital Social

O capital social da EMISSORA, na Data de Emissão, estava dividido em 168.442.891.640 ações, sendo 56.327.244.006 ações ordinárias e 112.115.647.634 ações preferenciais.

4.5.2. Acordo de Acionistas

Não há acordo entre acionistas da EMISSORA.

4.5.3. Limites Legais

Até o integral pagamento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a EMISSORA se obriga a observar o limite legal do seu capital social, conforme o disposto no artigo 15 da Lei nº 6.404/76.

4.5.3.1. A Companhia observará o número de ações preferenciais, na relação que não pode ultrapassar dois terços do total das ações emitidas, na forma que, quando esta relação ficar prejudicada, no exato momento do aumento de capital haverá também nova emissão de ações ordinárias, em número que satisfaça essa relação.

4.5.4. Bases da Conversão

4.5.4.1. Base de Conversão das Debêntures da 1ª Série

Cada debênture da 1ª série, à opção de seu titular, poderá ser convertida, a partir de 01/07/2001, em 50.000.000 ações preferenciais, de emissão da EMISSORA.

À medida que forem realizadas as amortizações programadas a que se refere este item, será ajustado o número de ações em que se converterá cada debênture de acordo com a seguinte fórmula:

$$QA = \frac{SVNR \times 50.000.000}{VNR}, \text{ onde:}$$

QA - quantidade de ações preferenciais convertidas por debênture;

SVNR - saldo do valor nominal de cada debênture acrescido da Remuneração de que trata o item 4.1.9; e

VNR - valor nominal de cada debênture acrescido da Remuneração de que trata o item 4.1.9.

O parâmetro estabelecido para a conversão das debêntures, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº. 6.404/76, foi fixado, levando-se em consideração o valor patrimonial da ação, onde foi apurado o valor de R\$ 0,02 (dois centavos de real) por lote de mil ações, na Data de Emissão das debêntures.

4.5.4.2. Base de Conversão das Debêntures da 2ª Série

Cada debênture da 2ª série, à opção de seu titular, poderá ser convertida, a partir da data da subscrição e até 30/06/2001, em 1 (uma) ação preferencial de emissão da EMISSORA. Após essa data, cada debênture será convertida observando-se os mesmos critérios de conversão da 1ª série, mencionados no item 4.5.4.1. acima.

4.5.5. Tratamento das frações de ações oriundas da conversão

As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base no item 4.5.4. serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o 6º dia útil subsequente, pelo seu valor nominal acrescido da Remuneração prevista nos itens 4.1.9 e 4.2.9.

4.5.6. Direitos Conferidos às Debêntures Conversíveis

A quantidade de ações preferenciais decorrentes da conversão das debêntures mencionadas no item 4.5.4. acima, será ajustada em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

Até o vencimento final da presente emissão, são conferidos os seguintes direitos aos debenturistas:

(i) sempre que a EMISSORA aumentar seu capital com emissão de novas ações, por preço inferior ao preço de conversão das debêntures, estipulado no item 4.5.4.1, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da EMISSORA, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações;

(ii) caso a Assembléia Geral da EMISSORA delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da EMISSORA, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do 2º Anúncio de Início de Distribuição Pública de Debêntures, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão, a seu critério, o direito de alterar a Escritura da 3ª. emissão relativamente à cláusula de conversão para adequá-la às condições de conversão da nova emissão de debêntures, ou utilizar o crédito das debêntures da 3ª. emissão para subscrever as debêntures objeto da referida emissão; e

(iii) na hipótese de a Assembléia Geral da EMISSORA deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição de ações conferido aos bônus, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição.

4.5.7. Solicitação de Conversão

Os debenturistas exercerão a opção de conversão das debêntures em ações preferenciais representativas do capital social da EMISSORA por envio da solicitação formal ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, através do Terminal CETIP ou formulário padrão da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

Caso o debenturista não tenha conta individualizada na CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos deverá encaminhar a Solicitação de Conversão através de carta protocolada junto à instituição financeira custodiante de suas debêntures na CETIP, para que esta faça o pedido, junto ao SND, da quantidade de debêntures que pretende converter.

Para todos os efeitos legais, a data de conversão será a data de entrega da Solicitação de Conversão.

A EMISSORA se obriga a disponibilizar as ações, oriundas da conversão, no prazo máximo de 60 (Sessenta) dias úteis da data da Solicitação de Conversão.

Os aumentos de capital decorrentes da conversão serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da EMISSORA no prazo de 30 (trinta) dias subseqüentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404 de 15/12/1976.

4.5.8. Direitos das Ações Decorrentes da Conversão

As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais negociadas em Bolsas de Valores e farão jus a dividendos e bonificações, ambos integrais, distribuídas, bem como a todos e quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista.

A Emissora esclarece que, para a fixação do preço de emissão de novas ações, não se utilizará da faculdade prevista no parágrafo único do artigo 14 da Lei 6404/76.

4.6 Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal acrescido da Remuneração prevista nos itens 4.1.9 e 4.2.9, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou serem colocadas novamente no mercado.

4.7 Condições de Pagamento

4.7.1. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado à referido sistema; (ii) na sede da EMISSORA; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim pela EMISSORA.

4.7.2. Prorrogação dos Prazos

Todo vencimento de prestação de amortização do principal e de encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos jurídicos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos incidentes sobre as debêntures.

4.7.3. Inadimplemento e Penalidades

Na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pela EMISSORA, e pela fiadora, serão aplicadas as penalidades a seguir.

4.7.3.1. Sobre o valor das obrigações inadimplidas será aplicada, de imediato, a pena convencional de 10% (dez por cento), escalonada de acordo com o período de inadimplemento, conforme especificado abaixo:

Número de dias úteis de atraso

1 (um)

2 (dois)

3 (três)

4 (quatro)

5 (cinco)

6 (seis)

7 (sete)

8 (oito)

9 (nove)

10 (dez) ou mais

Pena convencional

1% (um por cento)

2% (dois por cento)

3% (três por cento)

4% (quatro por cento)

5% (cinco por cento)

6% (seis por cento)

7% (sete por cento)

8% (oito por cento)

9% (nove por cento)

10% (dez por cento)

4.7.3.2. O saldo devedor vencido, já incorporada a pena convencional de até 10% (dez por cento), será remunerado pela Remuneração prevista nos itens 4.1.9 e 4.2.9, acrescidos de 7,5% (sete e meio por cento) ao ano.

4.7.3.3. No caso de obrigação financeira com previsão de capitalização de encargos, a forma de cálculo descrita no item 4.7.3.2, será aplicada somente para a parcela dos encargos de inadimplemento que vicem a exceder a parte capitalizável.

4.7.3.4. A EMISSORA inadimplente ficará, ainda, sujeita ao pagamento de juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor vencido acrescido da pena convencional a que se refere o item 4.7.3.1, que serão calculados, dia a dia, de acordo com o sistema proporcional, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, referido na cláusula VI.

4.7.3.5. Sobre as parcelas vincendas da dívida continuará a ser aplicada a Remuneração prevista nos itens 4.1.9 e 4.2.9.

4.7.3.6. Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida, será aplicado a todo o saldo devedor o disposto nos itens 4.7.3.1 a 4.7.3.4.

4.7.3.7. Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não-financeira, a EMISSORA ficará sujeita a multa de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor acrescido da remuneração prevista nos itens 4.1.9 e 4.2.9, a partir do dia seguinte ao fixado pelos debenturistas nesta escritura ou através de notificação judicial ou extrajudicial, para o cumprimento de obrigação inadimplida.

4.7.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



4.8. Comunicações

4.8.1. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, em todos os jornais utilizados pela Companhia que são: a Folha de São Paulo, o Diário Oficial de Santa Catarina e o Diário da Manhã de Chapecó, e na forma direta e expressa, através de comunicado por escrito aos debenturistas.

4.8.2. Endereçamento

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ.

Rua Barão do Rio Branco, 1270-E, Sala 03, CEP: 89.802-900

At. Diretoria de Relações com Investidores.

Telefone: (0xx49) 321-2011

Fac-símile: (00xx49) 322-5931

E-mail: tanea@chapeco.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua do Tesouro, 47 - 3º. andar.

CEP: 01013-020

At. Paulo Roberto Pasian

Telefone: 11 3107-3401

Fac-símile: 11 3105-4368

E-mail: aporte@aportedtvm.com.br

Para a INTERVENIENTE FIADORA E INTERVENIENTE:

ALIMBRAS S.A. e o Sr. FRANCISCO MACRI

Rua Júlio Gonzáles, 132 - 29o. andar - conj. 231 - Água Branca

CEP: 01156-060

At. Diretoria

Telefone: (0xx49) 321-2132

Fac-símile: (0xx49) 322-5931

E-mail: tanea@chapeco.com.br

Para o LIDER DE DISTRIBUIÇÃO:

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Paulista, 2439 - 11º. andar.

CEP: 01311-300 - São Paulo - SP.

At. Depto. Agente Fiduciário.

Telefone: (0xx11) 3061-9444

Fac-símile: (0xx11) 3061-0964

E-mail: agfiduciario@planner.com.br

Para a CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
Rua Libero Badaró, 425 - 24º andar,
CEP: 01009-000 - São Paulo - SP,
At. Gerência de Debêntures,
Telefone: (0xx11) 3111-1596
Fac-símile: (0xx11) 3115-1664

Para o Banco Mandatário / Agente Escriturador
Banco Itaú S/A
Rua Boa Vista, 185 - 2º andar
01092-900 - São Paulo / SP
At. Srª Rosa de Fátima da Costa Machado / Aurélio Regiani Júnior
Fac-símile: 11 237-4963
E-mail: rosa.machado@itau.com.br / aurelio.regiani-junior@itau.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 30 dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela EMISSORA.

CLÁUSULA V - DOS COMPROMISSOS DE PROTEÇÃO

5.1. A EMISSORA se compromete a manter, até o resgate da totalidade das debêntures de que trata esta Escritura de Emissão, os bens objeto da garantia, em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive fiscais, bem como providenciar o reforço ou a substituição da garantia, no prazo de 30 (trinta) dias contados da solicitação, por escrito, que lhe for feita pelo Agente Fiduciário, na hipótese de ocorrer a diminuição ou depreciação da garantia.

5.2. A EMISSORA se compromete a manter os ativos componentes da garantia flutuante segurados por seguradoras de primeira linha, contra danos a eles causados, de forma e nas condições usualmente utilizadas por sociedades operacionais no Brasil no mesmo ramo de negócios, fazendo constar os debenturistas como os beneficiários nas respectivas apólices de seguro relativas aos bens dados em garantia, devendo, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício, submeter ao Agente Fiduciário uma certidão da seguradora ou do corretor de seguros, indicando os ativos segurados, valores e riscos cobertos, nome dos beneficiários, nome da seguradora ou seguradoras e características especiais do seguro, devidamente válidas na data da certidão.

CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO.

6.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às debêntures objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do saldo devedor das debêntures, entendido este saldo como o valor nominal atualizado, *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, conforme Remuneração prevista nos itens 4.1.9 e 4.2.9, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;
- d) falta de cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas nesta escritura de emissão;
- f) alienação ou transferência, direta ou indiretamente, do controle acionário da EMISSORA, de titularidade da ALIMBRAS S.A. e do Sr. FRANCISCO MACRI, salvo quando para pessoas jurídicas e/ou físicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico da EMISSORA;
- g) fusão, cisão e incorporação da EMISSORA; e
- h) alienação ou oneração de bem imóvel ou outro bem sujeito a registro de propriedade da EMISSORA, salvo: (i) os bens que sejam onerados para a repactuação da dívida com as instituições credoras mencionada no Fato Relevante publicado em 05 de novembro de 1.999, conforme anexo III, nos jornais Folha de São Paulo e Diário da Manhã de Chapecó - SC; e (ii) em outros casos, mediante aprovação expressa do agente fiduciário.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A EMISSORA obriga-se a:

- a) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
 - a.1) dentro de, no máximo, 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
 - a.2) dentro de no máximo 120 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;
 - a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
 - a.4) com antecedência mínima de 15 dias antes da realização de cada Assembleia Geral Ordinária, e 8 (oito) dias antes de cada Assembleia Geral Extraordinária, notificação da convocação da Assembleia com a indicação da ordem do dia, e 30 dias após a realização das Assembleias fornecer cópias de todas as atas, bem como de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

- a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.8.1;
- a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;
- a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial relevante, ou seja aquela que possa comprometer as atividades normais da Emissora e/ou cujo valor, em conjunto ou individualmente, supere a R\$1 milhão, recebidas pela EMISSORA, imediatamente após o seu recebimento;
- a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até cinco dias contados da respectiva data de vencimento; e
- a.9) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 6.1, imediatamente após a sua ocorrência;
- b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da EMISSORA) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da EMISSORA;
- d) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão nos termos do item 10.1 desta Escritura de Emissão caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;
- e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;
- h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;

- k) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às debêntures objeto desta Escritura de Emissão, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- l) tomar todas as medidas para que os seus negócios se adequem à regulamentação de proteção ambiental brasileira;
- m) conduzir seus negócios de forma diligente e eficiente, sempre de acordo com a melhor prática financeira e comercial;
- n) prontamente informar o AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer proposta de mudança na natureza ou no escopo dos seus negócios ou operações ou a expansão e/ou modernização de suas unidades industriais e qualquer evento ou condição que possa substancialmente afetar seus negócios e operações;
- o) obter e manter válidas, ou, sempre que for o caso, imediatamente renovar, todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias à consecução de seus negócios, e operações, e realizar e observar todas as condições e restrições contidas ou impostas à EMISSORA por quaisquer referidas licenças, aprovações ou autorizações; e
- p) tomar todas as medidas necessárias para assegurar que, durante o prazo das debêntures, haja previsão estatutária de capital autorizado em valor suficiente para a conversão das debêntures sem a necessidade de realização de Assembléia de Acionistas.

7.2. A EMISSORA não poderá, exceto quando prévia e expressamente autorizada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de acordo com a deliberação dos debenturistas:

- a) participar de contrato ou acordo para afiançar, garantir, ou de qualquer modo ou sob qualquer condição, obrigar-se ou coobrigar-se pela totalidade ou parte de qualquer obrigação financeira, ou de qualquer outra natureza, de terceiros, exceto, prestar garantia ou fiança, obrigar-se ou coobrigar-se pela totalidade ou parte de qualquer obrigação financeira, a favor de clientes, nos contratos de venda de seus produtos, com financiamento por entidades financeiras; ou para a repactuação da dívida com as instituições credoras mencionada no Fato Relevante publicado em 05 de novembro de 1.999, conforme anexo III, nos jornais Folha de São Paulo e Diário da Manhã de Chapecó - SC.
- b) criar ou permitir que sejam criados gravames sobre propriedades, receitas ou outros ativos, presentes ou futuros da EMISSORA, exceto:
 - b.1) a garantia flutuante prevista nesta Escritura;
 - b.2) ônus (incluindo, mas sem limitação, desconto de duplicatas e alienação fiduciária) para garantir o exigível de curto-prazo, tais ônus limitados a uma duração de 30 (trinta dias) após sua criação;
 - b.3) ônus para garantir o exigível de longo-prazo;
 - b.4) qualquer ônus tributário ou estatutário, sendo certo que tal ônus deverá ter um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de sua criação ou geração (a menos que contestado, de boa fé, pela EMISSORA), quando então deverá ser levantado após 30 (trinta) dias do julgamento final; e.

b.5) constituir ônus para a repactuação da dívida com as instituições credoras mencionada no Fato Relevante publicado em 05 de novembro de 1.999, conforme anexo III, nos jornais Folha de São Paulo e Diário da Manhã de Chapecó - SC.

Para os fins deste item (b), o termo "ônus" inclui qualquer hipoteca, penhor, gravame, privilégio ou prioridade de qualquer tipo, incluindo, sem limitação, qualquer indicação de beneficiários ou acordo similar em qualquer apólice de seguro.

- c) participar de qualquer negócio com qualquer acionista da EMISSORA, subsidiária ou, outra pessoa, exceto no curso normal dos negócios e em condições comerciais normais, firmar contrato de representação comercial exclusiva para compra ou venda de produtos, ou participar de qualquer negócio no qual a EMISSORA possa pagar mais que o preço comercial normal por qualquer compra ou receber menos que o preço "ex works" comercial (sujeito aos descontos comerciais normais) por seus produtos;
- d) participar de associação, sociedade em conta de participação ou contrato com pagamento de royalties (incluindo, mas não se limitando a, partes beneficiárias) ou outros acordos similares, pelos quais as receitas ou lucros da EMISSORA sejam ou possam ser divididos com quaisquer terceiros, ou participar de qualquer contrato de gerenciamento ou acordo similar, pelo qual seus negócios e operações passem a ser geridos por terceiros;
- e) efetuar pagamento antecipado (seja voluntário ou involuntário) ou pré-pagar qualquer de seu exigível de longo-prazo (que não as debêntures) ou fazer qualquer pagamento de quaisquer de tais dívidas de acordo com qualquer cláusula de qualquer contrato ou título que disponha sobre o vencimento antecipado no tempo ou em valor, a menos que, em tal caso, e se assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, efetue simultaneamente o pagamento antecipado ou o pagamento do valor principal então devido das debêntures; e
- f) participar de qualquer acordo ou contrato (incluindo, mas não se limitando a, arrendamento mercantil e locação) para adquirir, por locação, o uso de qualquer propriedade ou equipamento de qualquer natureza, se o valor total a ser pago pela EMISSORA a título de aluguel, de acordo com tais contratos de locação, exceder o equivalente, em cada exercício social, a US\$1.000.000,00 (um milhão de dólares).

7.3. Antes da amortização ou da conversão de todas as debêntures, a EMISSORA não poderá, em nenhum momento, sem a prévia aprovação de debenturistas que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) das debêntures de cada série em circulação, reunidos em assembléia especialmente convocada para tal fim:

- a.1) prejudicar, derrogar ou mudar os direitos conferidos pelas ações ou;
- a.2) tomar qualquer medida, por alteração de seu Estatuto Social ou através de reorganização, fusão, incorporação ou venda de ativos ou por qualquer outro modo, que possa vir a resultar aos debenturistas, após a opção de conversão, em desvantagem com relação aos demais acionistas.

CLÁUSULA VIII - ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO

8.1. Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS-PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a Remuneração prevista nos itens 4.1.9 e 4.2.9, das respectivas séries, poderá, a critério dos debenturistas, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelos debenturistas, que, além de preservar o valor real da operação, os remunerar nos mesmos níveis anteriores.

CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta Escritura de Emissão, APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a EMISSORA a conjunção dos titulares das debêntures.

9.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições; e
- d) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central.

A EMISSORA, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

9.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro motivo de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até oito dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-lá.

Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura de Emissão, que deve ser averbado no Registro Geral de Imóveis do local onde será registrada a presente Escritura de Emissão.

O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual Aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos da CVM.

9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar a observância, pela EMISSORA, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função de garantia real oferecida;
- e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura nelés existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- i) verificar a regularidade da constituição da garantia real, fluante e fidejussória, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- j) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela Escritura de Emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- k) exigir que a EMISSORA providencie o reforço ou a substituição dos bens dados em garantia, na hipótese de ocorrer a diminuição ou a depreciação da garantia;
- l) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA e, também, das localidades onde se situam os bens objeto da garantia;
- m) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- n) examinar, quando puder ser exercido o direito à conversão de debêntures em ações, a alteração do estatuto da EMISSORA que objetive mudar o objeto da EMISSORA, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, em prejuízo das ações em que são conversíveis as debêntures, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei nº 6.404/76, a alteração proposta;
- o) convocar, quando necessário, a Assembléia de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;
- p) comparecer à Assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- q) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea "b" da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - q.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
 - q.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - q.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA;

- q.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
 - q.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela EMISSORA;
 - q.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das debêntures, quando for o caso;
 - q.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obridos junto aos administradores da EMISSORA;
 - q.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - q.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
 - q.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;
 - q.11) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures da presente emissão;
- r) colocar o relatório de que trata o inciso "q" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- r.1) na sede da EMISSORA;
 - r.2) no seu escritório ou, quando se tratar de instituição financeira, no local por ela indicado;
 - r.3) na CVM;
 - r.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - r.5) na instituição que liderou a colocação das debêntures;
- s) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "r";
- t) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- u) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas;
- v) administrar os recursos oriundos da emissão de debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da Lei nº 6.404/76;

- w) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- x) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - x.1) à CVM;
 - x.2) às Bolsas de Valores quando for o caso,
 - x.3) ao Banco Central quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

9.5. Atribuições Específicas

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

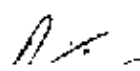
- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- c) requerer a falência da EMISSORA se não existirem garantias reais;
- d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do caput deste item se, convocada a Assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" do caput deste item.

9.6. Remuneração

Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, devendo o pagamento da primeira parcela ocorrer na data da assinatura da escritura de emissão e as demais subsequentes até o vencimento final das debêntures, *pro rata temporis*, se for o caso, corrigidas anualmente pelo IGP-M ou pelo índice que eventualmente o substitua;



- (ii) As parcelas citadas acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviço de qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.7. Despesas

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA.

No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, exceto aquelas em que os debenturistas constituírem seus próprios advogados, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO, na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 90 dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas, considerando-se a exceção acima referida, para cobertura do risco da sucumbência.

As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

A assembleia de debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.2. Quorum de Instalação

A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da assembleia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembleia, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.

10.4.1. Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404, de 15.12.76, sobre a Assembleia Geral de Acionistas.

CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. Declarações e Garantias do AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante que:

a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

b) que verificou a regularidade da constituição, a suficiência e a exeqüibilidade das garantias prestadas;

- c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições.

11.2. Declarações e Garantias da EMISSORA

A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- c) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d) os prospectos preliminar e final relativos à emissão das debêntures (prospecto) contêm: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA e suas controladas no contexto da presente emissão de debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas; (ii) as declarações contidas no prospecto em relação à EMISSORA e suas controladas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas; (iii) as opiniões, análises expressas no prospecto em relação à EMISSORA foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA e suas controladas ou às debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica; e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto são verdadeiros;
- e) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA ou qualquer uma de suas controladas sejam partes, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA ou de suas controladas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- f) as demonstrações financeiras da EMISSORA, datadas de 30/09/2000, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e de suas controladas em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



g) tanto a EMISSORA quanto suas controladas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

h) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou nas suas controladas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

11.3. Declarações e Garantias do Interviente

O Interviente FRANCISCO MACRI, declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

a) tem plena capacidade civil, legal e comercial, para firmar a presente escritura, em caráter de Interviente, nos termos da legislação civil brasileira e argentina;

b) não tem qualquer impedimento legal para assinar a presente escritura no Brasil e na Argentina;

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam a presente Escritura de Emissão em 6 (seis) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas que também a assinam.



Chapecó, 09 de maio de 2001.

Pela EMISSORA:


S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ
Antonio Ballerini e Celso Mário Schmitz

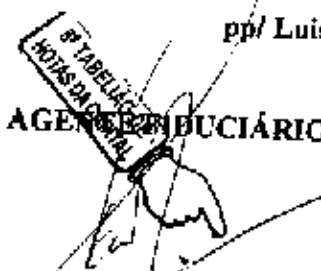
Pela INTERVENIENTE FIADORA:


ALIMBRAS S.A.
Luis Christian Antonini

INTERVENIENTE:


FRANCISCO MACRI
pp/ Luis Christian Antonini e Celso Mário Schmitz

Pelo AGENTE ENDUCCIÁRIO:


PAULO ROBERTO PASIAN


APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
RENATO ROCHA POLACOW

Testes e Assinaturas:


Nome: Mara Soares Ribeiro
RG: 5.853.590-1

Nome: _____
RG: _____